



**Poder Judiciário**

**TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA Nº 12/2013 CELEBRADO ENTRE O  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA  
DE BANCOS (Processo CNJ n. 350.857).**

O BANCO BONSUCESSO S/A, CNPJ/MF 71.027.866/001-34, com sede na rua Alvarenga Peixoto, 974, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, neste ato representado por Álvaro Loureiro, portador de OAB/MG 74.188 e do CPF nº 029.037.836-24, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve aderir ao Termo de Cooperação Técnica nº 12/2013, comprometendo-se a cumprir, na forma e condições estabelecidas, os objetivos delineados no referido ajuste, autorizando, para tanto, o envio de citação por correio eletrônico instruído com cópia da petição inicial e da decisão concessiva de antecipação de tutela, se houver, em demandas ajuizadas junto aos Juizados Especiais Cíveis em que figure(m) como parte(s), compreendidas as seguintes empresas:

EMPRESA	CNPJ
1. Bonsucesso Administração, Crédito e Risco Ltda.	056775010001/20
2. Bonsucesso Controladoria Ltda.	048384030001/65
3. Bonsucesso DTVM Ltda.	713716860001/75
4. Bonsucesso Informática Ltda.	022322370001/23
5. Bonsucesso Promotora de Venda Ltda.	022334690001/04
6. Bonsucesso Promotora de Cobrança Ltda.	022540930001/06

A citação eletrônica será dirigida ao e-mail [tjrj@grupobonsucesso.com.br](mailto:tjrj@grupobonsucesso.com.br), dispensada a expedição de mandado ou carta de citação com contrafé, e será feita independentemente da disponibilidade da íntegra dos autos do processo para consulta digital.

A adesão vigorará pelo tempo de vigência do Convênio, aplicando-se o disposto na cláusula nona.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato,  
no Diário de Justiça Eletrônico, com encaminhamento de cópia aos demais  
partícipes.

E por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo  
de Adesão, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2.013.

Ministro Francisco Falcão  
Corregedor Nacional de Justiça

  
Dr. Álvaro Loureiro  
Diretor Jurídico do Banco Bonsucesso S/A